

Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil)¹

Christian Nunes da Silva

Doutor em Ecologia Aquática e Pesca na Amazônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional no PPGMDR/UNIFAP. Professor Adjunto III da Universidade Federal do Pará. Docente do programa de pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFPA). Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.
E-mail: cnsgeo@yahoo.com.br.

Hugo Pinon de Sousa

Mestrando em Geografia pelo o programa de pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará. Bolsista CAPES.
E-mail: hugosousa16@gmail.com.

Thiago Maciel Vilhena

Graduando em Geografia da Universidade Federal do Pará. Bolsista PIBIC/CNPq.
E-mail: thiagovilhena93@yahoo.com.br.

Joanderson Barra Lima

Mestrando em Geografia pelo o programa pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará. Bolsista CAPES.
E-mail: joandersonbarra@bol.com.br

João Marcio Palheta da Silva

Doutor em Geografia. Docente do programa de pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFPA). Professor Associado IV da Universidade Federal do Pará. Bolsista Produtividade CNPq. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.
E-mail: jmarciopalheta@uol.com.br

Resumo

O presente texto pretende realizar um breve caracterização, a partir de dados de campo e de levantamentos cartográficos, sobre as atividades de subsistência – realizadas por populações de pescadores amazônidas – apresentando algumas categorias de análise territorial que podem ser trabalhadas no uso dos recursos naturais, levando em consideração os modos de vida dessa população, a abrangência territorial sob influência da pesca e os mecanismos de representação territorial elaborados com o auxílio de técnicas de mapeamentos participativos (SILVA; VERBICARO, 2016). Seguindo esse propósito, ao analisar os moradores do rio Cajueiro – localizado no distrito de Mosqueiro, município de Belém, estado do Pará – que praticam a atividade de pesca, busca-se: construir um debate teórico e técnico acerca das estratégias de sobrevivência desses atores sociais, para identificar as territorialidades do seu respectivo modo de vida ligado diretamente à atividade pesqueira; diagnosticar a forma como são os usos e a distribuição dos recursos naturais utilizados por esses indivíduos; assim como procura-se compreender como estão representadas cartograficamente as atividades utilizadas para subsistência e empreendidas por estes pescadores, quando os recursos em questão encontram-se escassos no território.

¹ Trabalho oriundo dos debates realizados durante a execução do projeto “Mapeamento participativo e estratégias de sobrevivência de populações tradicionais na Amazônia paraense”, aprovado no Edital 14/2013 (Chamada Universal – MCTI/CNPq), coordenado pelo Prof. Dr. Christian Nunes da Silva.

Palavras-chave: Estratégias de Sobrevivência; Territorialidades; Cajueiro; Mosqueiro; Amazônia.

Lifesttyle and territorialities of fishermen of the comunity Cajueiro in Mosqueiro (Belém-Amazon-Brazil)

Abstract

This paper intends to carry out a brief description, from field data and cartographic surveys on subsistence activities – carried out by populations of Amazonian fishermen – presenting some categories of territorial analysis that can be worked in the use of natural resources, taking into account the livelihoods of this population, the territorial coverage under the influence of fishing and the mechanisms of territorial representation elaborated with the aid of participatory mapping techniques (SILVA; VERBICARO, 2016). Following this purpose, when analyzing Cajueiro residents – located in the district of Mosqueiro, in the municipality of Belém, in the state of Pará – who practice fishing, we seek to construct a theoretical and technical debate about the survival strategies of these social actors, to identify the territorialities of their respective lifestyle directly linked to the fishing activity; to diagnose how the uses and distribution of the natural resources used by these individuals are; as well as trying to understand how the activities used for subsistence and undertaken by these fishermen are represented, when the resources in question are scarce in the territory.

Keywords: Survival Strategies; Territorialities; Cajueiro; Mosqueiro; Amazon.

Modo de vida y territorialidades de la comunidad de pescadores de Cajueiro en Mosqueiro (Belém-Amazonia-Brasil)

Resumen

Este documento tiene la intención de llevar a cabo un breve caracterización, a partir de datos de campo y encuestas cartográficas sobre las actividades de subsistencia - llevada a cabo por las poblaciones de pescadores amazónicos - la presentación de algunas categorías de análisis territorial que se pueden trabajar en el uso de los recursos naturales teniendo en cuenta el modo de vida de esta población, el ámbito territorial bajo la influencia de la pesca y los mecanismos de representación territorial desarrollados con la ayuda de técnicas de mapeo participativo (SILVA; Verbicaro, 2016). A raíz de ello, el análisis de los habitantes del río Cajueiro - ubicado en el distrito de Mosqueiro en la ciudad de Belém, estado - la práctica de la actividad pesquera, tiene por objeto: construcción de un debate teórico y técnico acerca de las estrategias de supervivencia de estos actores sociales, para identificar la territorialidad de su respectivo estilo de vida conectado directamente a la industria pesquera; diagnosticar cómo son los usos y distribución de los recursos naturales utilizados por estas personas; al tratar de comprender cómo están representados cartográficamente las actividades utilizadas para la subsistencia y llevadas a cabo por estos pescadores, cuando los recursos en cuestión son escasos en la zona.

Palabras Clave: Estrategias de Supervivencia; Territorialidad; Cajueiro; Mosqueiro; Amazonia.

Introdução

Este texto apresenta por temática principal o modo de vida, as territorialidades e as estratégias para a sobrevivência de pescadores artesanais com saberes tradicionais da Amazônia paraense. Com essa finalidade, se procedeu ao recorte da área de estudo, os moradores do rio Cajueiro, que localiza-se no distrito de Mosqueiro, na cidade de Belém, no estado do Pará. Por meio de entrevistas com pescadores locais², realizadas durante a incursão a campo, constatou-se que a pesca é a principal atividade praticada e que o seu produto é destinado ao comércio e também ao consumo familiar. O estudo do modo de vida dos pescadores que habitam o rio Cajueiro é de suma importância para a compreensão das suas territorialidades e de seus territórios de pesca, assim como das estratégias para a sobrevivência que praticam no período do defeso³ das espécies capturadas em seus territórios de pesca.

A pesca, responsável pelo sustento das famílias que ocupam as margens desse rio, é uma prática tradicional transmitida por gerações (MORAES, 2007). Os conhecimentos sobre a atividade de pesca constitui o “segredo profissional” desses pescadores (SILVA, 2006) e o seu modo de vida⁴ se apresenta como um elemento territorializador. Assim, o objetivo deste estudo é caracterizar, por meio das percepções ambientais e territoriais dos moradores, as estratégias de sobrevivência e as formas de ocupação dos territórios empreendidas pelos pescadores artesanais da comunidade de Cajueiro, durante o período do defeso – quando ocorre a reprodução das espécies capturadas. Entende-se essas estratégias de sobrevivência como os meios escolhidos/proporcionados por esses atores sociais para incrementar a sua renda familiar, onde a finalidade é a manutenção do seu modo de vida.

Para analisar os usos dos recursos naturais e a relação dos pescadores com o território, observados durante as incursões na área de estudo, a pesquisa se utilizou da abordagem teórica dos principais conceitos e categorias, tais como: modo de vida nas obras de La Blache (1954) e Sorre (1984); território e territorialidade em Raffestin (1993), Sack (1986), Saquet (2015) e; territorialidade na atividade pesqueira em Silva (2006, 2012), Begossi (2001, 2004) e Furtado (2003), que subsidiaram o entendimento sobre as estratégias de sobrevivência e a ocupação territorial desse grupo social.

A pesquisa de campo, com entrevistas de pescadores locais, possibilitou a observação da realidade da área de estudo, a prática das estratégias de sobrevivência das famílias sustentadas pela atividade da pesca artesanal, assim como o modo de vida dos pescadores do rio Cajueiro e suas territorialidades no ambiente aquático. Assim, foi

² Para a realização das entrevistas, utilizamos a metodologia de “marcação de pesqueiros” trabalhada por Begossi (2004).

³ Conforme estabelece a lei 11.959 de 29 de junho de 2009, que define o defeso como sendo a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie.

⁴ Modo de vida é analisado neste estudo de acordo com os ensinamentos de La Blache (1954) e Sorre (1984).

realizada a identificação dos principais apetrechos de pesca utilizados para a captura do pescado, bem como o cotidiano desses pescadores. Estas informações sistematizadas proporcionaram o conhecimento da sua percepção sobre o seu território vivido. O trabalho de campo foi apoiado na coleta de dados primários, em reuniões que possibilitaram a plotagem de dados para a elaboração do mapeamento participativo, utilizado como forma de captar e compreender informações relativas ao cotidiano dos moradores do rio Cajueiro que praticam a pesca como principal atividade econômica e de subsistência.

Também foi aplicada uma metodologia de mapeamento participativo⁵ com os moradores do rio Cajueiro, onde o principal objetivo se assentou em mapear os territórios e as territorialidades locais com base nas referências geográficas destes moradores, praticantes da atividade de pesca, considerando as suas percepções e concepções. Para realizar este mapeamento, explicado previamente aos participantes da pesquisa, foram disponibilizados imagens de sensoriamento remoto (*LandSat TM* e *Google Earth*) da localidade do rio Cajueiro e também “mapas em branco”⁶ da área. Em seguida, foi solicitado aos participantes que plotassem suas referências territoriais nos mapas em branco, com o uso de pincéis coloridos, com o intuito de estimular a memória e percepções dos participantes (SILVA; VERBICARO, 2016).

Desta maneira, foi possível identificar os territórios e as territorialidades de pesca, com as áreas de maior ocorrência dos cardumes capturados, a feira do pescado entre outros. Sendo assim, o mapeamento participativo foi fundamental para compreender a territorialização do modo de vida e das estratégias de sobrevivência praticadas por esses pescadores. As informações plotadas nas imagens de sensores remotos e nos mapas em branco foram digitalizadas em ambiente virtual e em seguida, por meio do uso do *software* QGis 2.14⁷, foi produzido um mapa síntese contendo as representações territoriais dos pescadores. Com isso, este artigo apresenta uma breve descrição e caracterização do modo de vida local da área de estudo, a partir das suas respectivas territorialidades pesqueiras.

O modo de vida e o território: abordagens conceituais

O modo de vida faz referência ao conjunto de características e de práticas desenvolvidas por um determinado grupo social. Estas são resultado das relações entre os

⁵ Para Joliveau (2008) e Silva e Verbicaro (2016), o mapeamento participativo é útil para valorizar e reafirmar os múltiplos usos do território de populações diversas – rurais e urbanas, assim como um instrumento para o reconhecimento das práticas e características de ocupação do território por essas populações.

⁶ Os “mapas em branco” são aqueles que possuem informações básicas/gerais do território (limites, rios, pontes e estradas, por exemplo), ou seja, as referências geográficas básicas da área de estudo (SILVA e VERBICARO, 2016).

⁷ O Quantum Gis, ou simplesmente QGis é um *software* de geoprocessamento gratuito e disponível na internet no endereço: http://www.qgis.org/pt_BR/site/.

atores sociais que formam este determinado grupo e destes com o ambiente natural. As características aqui mencionadas dizem respeito aos hábitos alimentares, às técnicas e aos equipamentos para a obtenção da subsistência, as formas de moradia e também do conhecimento tradicional construído no dia a dia com o ambiente a sua volta. O modo de vida é uma variável que se distingue pela particularidade de cada grupo social que o pratica, sendo também fator que constitui uma determinada identidade⁸ das populações com saberes reconhecidamente tradicionais.

Paul Vidal de La Blache (1954) formulou o conceito de modo de vida e/ou gênero de vida⁹ a partir de sua leitura do chamado “possibilíssimo geográfico”, no qual o indivíduo não estaria pre determinado ao meio, mas o ambiente ao seu redor lhe oferecia um conjunto de possibilidades para uma determinada prática humana. O autor parte da análise da experiência prático-sensível de determinados grupos sociais na sua relação condicionada com o espaço geográfico. Para La Blache (1954, p. 172):

[...] O homem criou para si modos de vida. Com o auxílio de materiais e de elementos tirados do meio ambiente conseguiu, não só de uma vez, mas por uma transmissão hereditária de processos e de invenções, constituir qualquer coisa de metódico que lhe assegura a existência e lhe organiza um meio para o seu uso. Caçador, pescador, agricultor – eleé tudo isso graças a uma combinação de instrumentos que são sua obra pessoal, sua conquista, aquilo que ajuntou por sua iniciativa a criação.

Nesse sentido, a concepção apresentada é que o modo de vida tem o seu lugar de origem, onde foi desenvolvido ao longo de uma trajetória histórica, com diferentes marcas de temporalidades nesse local, o que permitiu ao grupo humano de origem a constituição de técnicas e instrumentos para extrair o recurso para a sua sobrevivência, estando relativamente emancipado das intempéries naturais do meio geográfico.

Por essa razão o modo de vida possui particularidades atreladas ao seu lugar de origem e existência. Há modos de vida voltados para a caça, a pesca, a agricultura e criação de animais de pequeno/médio/grande porte, cada um com características que podem ou não apresentar semelhanças entre si, formando o que o autor chama de “*área de civilização*” (LA BLACHE, 1954), que corresponde a uma área abrangida por um modo de vida comum, envolvendo várias comunidades, mas com singularidades que as distingue por certas possibilidades oferecidas pelo lugar de origem, onde se efetivou sua formação enquanto tal.

Esse conceito é também constituído de símbolos, religiosidade, um universo marcado também pela cultura de um determinado grupo social, por essa razão é um

⁸ Para Claval (1999, p. 15) a “[...] identidade aparece como uma construção cultural. Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de responder à questão: “quem sou eu?” [...]”.

⁹ Sobre a obra de Paul Vidal de La Blache é interessante ler o texto de Silva; Lima; Silva (2015).

condicionante para a formação da identidade de uma certa população (SORRE, 1984). Assim, somadas as técnicas e os instrumentos confeccionados, estão presentes também os costumes de um determinado modo de vida, que são constituídos e transmitidos socialmente a cada geração. Sorre (1984), ao revisar as concepções de La Blache, inclui em sua concepção as acepções culturais, como o dialeto, as crenças, mitos e as festividades.

As estratégias de sobrevivência, enquanto parte de certo modo de vida, são também o conjunto de práticas humanas com uma ordem social estruturada, sendo constituídas, concebidas e transmitidas pela cultura¹⁰ ao longo do tempo no espaço geográfico e desenvolvidas por populações rurais e urbanas. O objetivo principal dessas estratégias é realizar a manutenção, a permanência e a continuidade de seu modo de vida por meio da subsistência.

Estas práticas se cristalizam em formas espaciais que promovem a formação de uma determinada comunidade¹¹, com uma identidade distinta e que está atrelada em um “*patrimônio territorial*” (SAQUET, 2015), enquanto síntese da relação indissociável entre modo de vida e estratégias de sobrevivência. A comunidade, resultado da conjugação desses elementos, configura sobre o espaço um território e uma territorialidade que estão impressos no lugar, portanto, são conceitos interdependentes (SAQUET, 2015).

Na comunidade, ocorre a expressão do modo de vida, e esta só existe em razão de diferentes estratégias de sobrevivência empreendidas. Assim, é a partir do cotidiano em comunidade que se observa e se apreende/compreende o modo de vida e as territorialidades dos que nela interagem e habitam, com seus semelhantes e com o ambiente à sua volta, constituindo uma relação baseada em saberes da tradição e que confere a este grupo humano uma particularidade por meio de uma identidade territorial.

Para La Blache (1954), a noção de adaptação do homem sobre o meio é uma constante. Nesse prisma, esta ideia ressalta que as formações de diferentes modos de vida, sobre a superfície terrestre, relacionam-se com o conjunto de possibilidades materiais, que atuam como agentes condicionadores, que permitem a capacidade de se territorializar no espaço. Este mesmo autor define esta concepção como:

Um esforço renovado sem cessar seria necessário para fazer frente a estas vicissitudes, se a adaptação e a força do hábito não intervissem para amortecer-lhes os choques. A adaptação equivale a uma economia de esforços que, uma vez realizada, assegura a cada ser, por um dispêndio mínimo, a realização tranquila e regular das suas funções. Se aquela falta, o

¹⁰ Em sua pesquisa na região amazônica Wagley (1988, p. 81) define que “[...] uma cultura é, antes de mais nada, um produto da história – da sequência de acontecimentos e influências, determinados pelo homem, que se combinam através do tempo para criar o modo de vida prevalecente em uma determinada região”.

¹¹ Wagley (1988, p. 44) compreende que “[...] por toda parte as pessoas vivem em comunidades – em bandos, em aldeias, em núcleos agrícolas, nas pequenas e nas grandes cidades. Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura [...]”.

organismo inquieta-se; esforça-se o mais que pode para alcançá-la (LA BLACHE, 1954, p.159).

Estas são estratégias de sobrevivência empreendidas sobre os territórios e, tal como o modo de vida, se constituem em processos territorializadores do indivíduo e de seu grupo social sobre o espaço. É o que Lombardi (2015) classifica como “estratégias de sobrevivência familiar” utilizadas por populações em seus respectivos grupos familiares para a ocupação e sobrevivência em um determinado território.

Nesse sentido, as “estratégias de sobrevivência familiar”, devem ser compreendidas como um conceito de análise para entender...

[...] como grupos familiares ou indivíduos acessam, dispõem, ou modificam, todo e qualquer capital, qualidade, atividade ou atributo, que esteja em sua posse ou acessível a eles, com vistas a se tornar resiliente, ou seja, capaz de manter sua condição de vida ou superá-la (LOMBARDI, 2015, p. 91).

Assim, essas estratégias correspondem a toda a atividade produtiva utilizada pelas comunidades e que apresentam como finalidade a garantia da subsistência e o sustento dos indivíduos e de suas famílias. Ainda, sobre a concepção de estratégias de sobrevivência, Lombardi (2015), faz referência ao capital social, como a reciprocidade de cooperação mútua e, ao capital físico, no que concerne a mobilidade e dispersão espacial. Com isso, a autora associa o conceito de estratégias de sobrevivência com essas duas variáveis, em que o capital social compõe as “*redes de ajuda*” entre sujeitos sociais, que estão atreladas indissociavelmente com a mobilidade espacial, uma vez que, as estas redes de trocas e/ou cooperação condicionam a localização da moradia e outros arranjos geográficos.

Território e territorialidades na pesca artesanal

O território na pesca artesanal corresponde à humanização do ambiente aquático. Este apresenta uma dinâmica própria a que o pescador é parcialmente condicionado e também o transforma pelo trabalho. O saber da tradição é transmitido pelo seu modo de vida, a cada geração, constituindo-se em um conhecimento marcado pela observação empírica do comportamento da natureza, tais como: o movimento dos cardumes, os apetrechos mais apropriados para capturar uma determinada espécie de peixe, os locais de reprodução e de maior ocorrência do pescado etc. Por essa razão, se pode falar em territórios da tradição, cristalizado por uma prática tradicional.

É assim, o produto da trajetória da história e do relacionamento do pescador com o território ao seu redor. O território, nessa perspectiva, é onde ocorre a prática da pescaria, ou seja, é por excelência “um espaço onde se projetou um trabalho” (RAFFESTIN, 1993, p.

144). Nos estudos sobre pesca, a constituição de territórios é compreendida por Silva (2012) como sendo:

[...] um espaço natural ou humanizado, onde ocorre uma delimitação qualquer, com um uso ou múltiplos usos que implicam uma manifestação de Poder, gerando ou não conflitos entre os personagens que vivem ou que se apropriam subjetivamente e efetivamente deste espaço (SILVA, 2012, p. 15).

As relações de poder estão presentes na formação de territórios e das territorialidades, estando no cotidiano das pessoas, assim, “o poder é parte intrínseca de toda relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Na pesca artesanal, estas relações se encontram presentes nos acordos de pesca, por exemplo, na definição do número de tripulantes por embarcação, na partilha do produto do trabalho coletivo, nos usos de determinados locais de pesca que compõem uma territorialidade e até mesmo no papel das mulheres e jovens neste processo; todas são decisões marcadas pelo exercício do poder.

Em comunidades onde há o predomínio do modo de vida voltado para a dinâmica da pesca, o poder é exercido, de maneira geral, pelos idosos que possuem a confiança e a respeitabilidade do grupo social. As decisões tomadas por esses atores sociais têm autoridade para influenciar a delegação e o cumprimento de tarefas na cadeia produtiva da atividade de pesca. Sobre o exercício do poder, Raffestin (1993) define:

[...] É aceitável a ideia de que o poder vem de baixo, se ele está no trabalho. Também é verdade que a relação de poder é intencional e não subjetiva, uma vez que a transformação pelo trabalho não se concebe sem uma intencionalidade e que a não-subjetividade é evidente, pois o trabalho está encerrado numa organização que ultrapassa e ao mesmo tempo da significado ao sujeito. Enfim, é admissível falar de resistência onde existe poder: resistência da matéria ou resistência do corpo social (RAFFESTIN, 1993, p. 56).

Com isso, percebe-se que a manifestação do poder está na relação do homem com a natureza e do homem em uma coletividade. E na organização desta relação há condições de transformações dadas a partir do trabalho deste ator social, que possui uma intencionalidade, a sobrevivência, orientada por um saber tradicional, compondo um campo de poder¹². Esse campo de poder pode ser encarado como a configuração de uma territorialidade.

A territorialidade está marcada pela vivência desses atores sociais, sendo resultado a parti do cotidiano dessas populações, a territorialidade assume a dimensão dos múltiplos usos presentes no interior de um determinado território. Assim como o território, a

¹² O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

territorialidade possui a existência de fronteiras¹³, que exercem o controle ao acesso sobre os atributos neles presentes.

Para isso se faz necessário ressaltar que a existência das fronteiras não são imutáveis e estão imersas na historicidade do contexto social ao qual pertencem. Sack (1986) concebe a territorialidade como sendo o estabelecimento de uma relação de poder sobre o uso de certa porção do território que, uma vez estabelecida, passa a exercer influência no controle e acesso sobre os recursos naturais existentes. Para Sack (1986, p. 6):

[...] a territorialidade para os humanos é uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através do controle da área. Os territórios políticos e a propriedade privada da terra podem ser as suas formas mais familiares, mas a territorialidade ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais.

As territorialidades pesqueiras estão expressas no lugar, assim como os territórios da tradição. Os pescadores artesanais possuem regras para o uso, acesso, controle e manutenção dessas territorialidades, uma vez que neles estão os territórios de pesca. E, essas regras são estabelecidas em acordos, baseados na oralidade, entre essas comunidades com saberes tradicionais, que permite o respeito e a não violação dessas territorialidades. Assim, cada grupo de pescadores de uma comunidade reconhece entre si as fronteiras de suas respectivas territorialidades, conhecendo até onde é o limite de seu uso para pescar. Isso se deve ao fato de haver “a forma de comunicação que a territorialidade deve conter” (SACK, 1986, p. 24).

Em outras palavras, para a manutenção desta territorialidade é necessário demarcá-la e comunicar essa demarcação aos pertencentes à comunidade e aos "de fora" desta, sendo que essas demarcações podem ocorrer de forma simbólica ou concretamente no território, isto é:

[...] a territorialidade/ territorialização ocorre quando determinado indivíduo ou grupo de indivíduos tomam para si uma dada parcela do espaço, imprimindo poder ou a noção de posse daquele espaço delimitado abstratamente (delimitações mentais), ou concretamente (delimitações concretas, exemplo; muros, cercas etc.) (SILVA, 2012, p. 62).

As comunidades com saberes tradicionais, no geral, não utilizam essas formas convencionais de demarcação, com o uso de muros, cercas ou placas. A utilização de características naturais do ambiente, tais como: os afluentes de um rio, árvores, rochas, estruturas geológicas etc. são comumente usadas para demarcar seus territórios e suas

¹³ Sack (1983) estabelece que “(...) as fronteiras de um território e os meios pelas quais elas foram comunicadas não são inalteráveis. Propriedades mudam de tamanho, da mesma forma os estados” (SACK, 1983, p. 21).

territorialidades. Nesse sentido, a noção de pertencimento ao lugar é coletivo, próprio de uma comunidade, no entanto, os múltiplos usos sobre os recursos naturais que demarcam territórios e territorialidades de pesca são privados, isto é, possuem intencionalidades diferentes, podendo ocorrer um território de pesca comum a todos os pescadores, geralmente as áreas de mar aberto.

Há territórios e territorialidades, enquanto pares dialéticos indissociáveis, em diferentes escalas, podendo estar sobrepostos e coexistirem de forma pacífica ou não, gerando os conflitos territoriais, os acordos de pesca, ou uma regra de conduta entre os pescadores para o uso do ambiente aquático, buscando a delimitação de até onde podem pescar, além de outras maneiras de se evitar ou amenizar a existência de conflitos.

Saquet (2015) faz uma discussão na qual analisa os territórios e as territorialidades pela cristalização destes em diferentes temporalidades, que o levam à concepção de (multi)escalaridade para a análise destes conceitos. Neste sentido, se desenvolve a relação do território e da territorialidade com a dimensão do lugar, onde os primeiros adquirem significado e significância por meio deste último, se conjugando como pares dialéticos, em que o lugar é inerente na formação territorial. A identidade do território e da territorialidade, assim como a noção de pertencimento são condicionados histórica e geograficamente pelo contexto do lugar do qual fazem parte. E por existir em diferentes escalas, estão conectados em rede, logo a sua relação não se restringe apenas aos fatores locais.

O mapeamento participativo das territorialidades e modos de vida na comunidade Cajueiro

O mapeamento participativo é aqui utilizado no reconhecimento do modo de vida, dos territórios e das territorialidades de pesca na área de estudo, sendo que a identificação destas territorialidades ocorre por meio da percepção da vivência das populações que vivem e ocupam estes espaços (SILVA; VERBICARO, 2016). Trata-se da percepção sensorial destes atores sociais e das suas concepções sobre as referências geográficas do lugar onde vivem. Silva (2012) classifica esta percepção de “ambiental-territorial”, na qual reflete a maneira como os pescadores modificam o espaço segundo as suas necessidades do dia a dia.

Este conhecimento possibilita a identificação dos territórios e das territorialidades de pesca impressos no espaço, no qual, a dimensão ambiental faz referência às simbologias dadas às territorialidades presentes em um território de pesca, ou seja, é a identificação deste pelos indivíduos que o utilizam e por outros usuários esporádicos. Enquanto que a dimensão territorial está atrelada aos atributos naturais e socialmente construídos e

apropriados por este grupo social. Em suma, é possível analisar o processo de territorialização destes pescadores e a conseqüente configuração de suas territorialidades em um determinado espaço.

O mapeamento participativo, corresponde nesse sentido, à cartografia realizada pelos os pescadores sobre o território onde vivem e trabalham, por essa razão denomina-se de participativo. Estes atores sociais indicam suas referências geográficas, como locais de conflitos, territórios onde praticam a pesca, moradia e etc. Estas informações podem ser traduzidas por programas de geoprocessamento, como o QGis.

A utilização do mapeamento participativo, de maneira geral, parte da necessidade de incluir as demandas sociais de povos com saber tradicional – como indígenas, quilombolas, extrativistas e pescadores artesanais – em políticas públicas, especialmente no que se refere no reconhecimento das territorialidades destes sujeitos sociais pelo poder público. Joliveau (2008) considera que o mapeamento participativo envolve diretamente os membros de uma determinada comunidade na identificação das fronteiras de seus domínios e no uso de seus recursos. Chaves (2011, p. 66) define o mapeamento participativo como “[...] um conjunto de métodos que enfatiza o mapeamento como instrumento para a compreensão do conhecimento do indivíduo sobre seu espaço e como as comunidades utilizam este espaço”.

Dentre as experiências sobre a utilização do mapeamento participativo, de inserção de populações rurais e movimentos sociais, destacam-se aquelas que reivindicam políticas públicas equitativas. Goldstein et al. (2013) demonstram em seu trabalho a utilização desta ferramenta para análise da territorialização e da eficiência das Estratégias de Saúde Familiar (ESF), abordando como uma alternativa cartográfica para este fim, mostrando o mapeamento participativo como um mecanismo que possibilita um maior envolvimento e sensibilização dos indivíduos na luta por seus direitos sociais, isto é, como:

[...] método utilizado para obter e registrar dados espaciais em parceria com os atores sociais, neste caso os membros de equipes da ESF. Sendo assim, o mapeamento não inclui apenas um conjunto de ferramentas de visualização de dados, mas um processo participativo que envolve os desenvolvedores/usuários dos mapas, desde a coleta e sistematização de informação até a confecção destes mapas para auxiliar o processo decisório (GOLDSTEIN et al., 2013, p. 46-47).

Assim, esta forma de mapeamento se converte em um instrumento de reivindicações por movimentos sociais, para reafirmar a identidade e a posse territorial dessas populações, assim como, para analisar as formas de conflitos e as demandas sociais destes. As políticas de Estado tratam, no geral, estes indivíduos como habitantes do espaço, desprovidos de uma identidade territorial; o mapeamento participativo vem demonstrar o contrário. O processo de construção do mapa participativo envolve em princípio

o reconhecimento da área de estudo, identificado por meio das entrevistas preliminares sobre as dinâmicas socioespaciais presentes no território, tais como: atividades econômicas, locais de posse territorial, possíveis conflitos entre atores sociais, etc.

A representação no mapa depende da intencionalidade da pesquisa a ser realizada, assim como da escala que o pesquisador elege para enfatizar uma determinada realidade (SILVA; VERBICARO, 2016). Neste trabalho, a sua construção tem por base as entrevistas junto aos pescadores onde são coletadas as referências geográficas do território e, em seguida, foi realizada a confecção do mapa com a síntese destes dados. Este mapeamento é também uma maneira de espacializar diferentes configurações espaciais, com suas respectivas territorialidades e temporalidades, sendo uma forma de valorização de diferentes processos de (re)produção e apreensão do espaço territorializado, conforme demonstra D'Antona et al. (2008), que por meio do uso de croquis e imagens de sensores remotos os participantes apreendem as modificações das paisagens, por meio de alterações de uso e cobertura da terra em localidades amazônicas.

No trabalho de D'Antona et al. (2008), o sensoriamento remoto e o geoprocessamento de imagens corroboraram de forma analítica na identificação das diferentes configurações sociais estabelecidas no espaço rural, identificando as percepções sobre os assentamentos agrícolas, sendo considerada como uma metodologia técnico-científica, que contribuiu com a compreensão do conhecimento nativo dos agricultores locais sobre o uso e a cobertura da terra. Assim, a sobreposição dos croquis elaborados pelos usuários assentados foi um procedimento utilizado para se analisar as configurações e as dinâmicas territoriais. O mapeamento participativo, neste caso, é um instrumento de construção de direitos territoriais, pois representa e caracteriza a abrangência das fronteiras sob a influência de determinado modo de vida, podendo ser considerado, também, como uma maneira de emancipação política destes grupos.

No caso da pesca realizada pelos moradores do rio Cajueiro, pode-se considerá-la como uma atividade do tipo artesanal, de pequeno porte, com relativa utilização de tecnologia; as embarcações que participam deste tipo de pesca são médias e pequenas, com capacidade para transportar entre 80 kg a 100 kg de pescado, variando conforme o ambiente e as condições de pescaria, podendo ser motorizadas ou não, no entanto, a maior parte dos barcos apresenta motor à diesel. O trabalho é composto por mão de obra familiar ou pelos chamados parceiros de pescaria, os quais não possuem nenhum grau de parentesco, mas constituídos por membros da comunidade. Nesta situação, a divisão da produção do pescado é feita conforme o maior investimento realizado, estabelecida em acordos de pesca verbais, no geral, a maior porcentagem do lucro total da pescaria pertence ao pescador proprietário da embarcação.

A figura 1, que foi utilizada como base para plotagem de informações pelos participantes da comunidade estudada, mostra a localização da área de estudo e algumas de suas características.

Figura 1: Carta-Imagem de localização do rio Cajueiro



Fonte: Elaborado pelos autores.

Durante a incursão ao campo se observou que as moradias que ocupam as margens do rio Cajueiro são do tipo palafitas, isto é, são casas construídas sobre estruturas de madeira ou concreto, acima da maior maré registrada, com os portos presentes ao longo do rio e localizados próximos à ponte (figura 2), onde o peixe é comercializado em uma feira organizada pelos moradores da comunidade. Estes portos são privados e, segundo um dos entrevistados, pertencem a algumas famílias de relativo poder aquisitivo e que possuem embarcações e pequenos comércios na região.

Figura 2: Exemplo de moradia e porto ao longo do rio Cajueiro

Fonte: Arquivo fotográfico dos autores.

Os pequenos portos são os principais pontos de escoamento do pescado capturado neste rio. A pesca começa às cinco horas e ocorre até às dez horas da manhã; é caracterizada como de curta duração e realizada nas proximidades do rio Cajueiro e seus afluentes. Há também as pescarias de longa duração realizadas em “mar aberto”, com uma duração considerada média de até uma semana. Para a realização de ambas há uma preparação em etapas. Primeramente, é definida a tripulação, em que é definido quantos pescadores serão embarcados de acordo com a capacidade do barco. Levando em consideração o número de tripulantes, os pescadores e o proprietário da embarcação decidem a quantidade de mantimentos que serão consumidos durante a viagem, assim como a quantidade de combustível necessário para a realização da mesma.

Após a captura, o peixe é esvicerado e armazenado em caixas com gelo para serem destinado aos entrepostos de comercialização localizados sobre a ponte do rio Cajueiro. O gelo necessário para armazenar o pescado é adquirido no centro de Belém ou diretamente na fábrica localizada no distrito de Mosqueiro. A quantidade de gelo depende da pescaria que irá ser realizada, ou seja, varia conforme a distância e a duração da viagem, assim como da quantidade de pescado que se almeja capturar.

Os moradores do rio Cajueiro praticam o exercício da pesca para o consumo familiar, em menor proporção, e para o comércio local, com maior predominância deste último. As espécies mais capturadas são: dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), piramutaba (*Brachyplatystoma vaillant*), pescada branca (*Cynoscion leiarchus*) e a sarda (*Pellona flavipinnis*), assim como o camarão da malasia (*Macrobrachium rosenbergii*) – este crustáceo é destinado principalmente para o consumo familiar dos pescadores. As espécies de peixes aqui apresentadas, em sua maioria, são destinadas para as demandas do

mercado consumidor, particularmente as feiras presentes na ilha de Mosqueiro e a feira do Ver-o-Peso, no centro de Belém. A pesca é a maior fonte de renda das famílias de pescadores do rio Cajueiro, assim como, constitui a sua identidade territorial com o lugar por meio da prática cotidiana do seu modo de vida.

Segundo o relato de um dos entrevistados, durante o período de abundância do peixe, que dura em média 6 meses, ocorre maior obtenção de rendimentos pelas famílias do Cajueiro. O recurso financeiro, adquirido com o comércio do pescado, é utilizado para a aquisição de bens de consumo, tais como: eletrodomésticos, móveis, etc. Uma parte do lucro é destinado para ser investido na compra do combustível para as embarcações, aquisição e/ou o restauro dos instrumentos de pesca, para a manutenção ou a compra de motores dos barcos, entre outros custos. Assim, o destino da renda adquirida com a atividade de pesca, realizada pelos moradores do Cajueiro, está voltada principalmente para o comércio.

As passarelas de concreto presentes na comunidade (figura 3) foram construídas pelos próprios moradores, com recursos financeiros advindos da pesca. Estas vias estão gradativamente substituindo as passarelas de madeira, revelando assim a noção de coletividade desses moradores e a sua percepção de pertencimento ao lugar. Um dos entrevistados afirma que esta estrutura é necessária devido à locomoção das famílias que vivem no local e também por ser uma área de várzea, inundável periodicamente pela maré.

Figura 3: Passarelas de concreto construídas pelos moradores



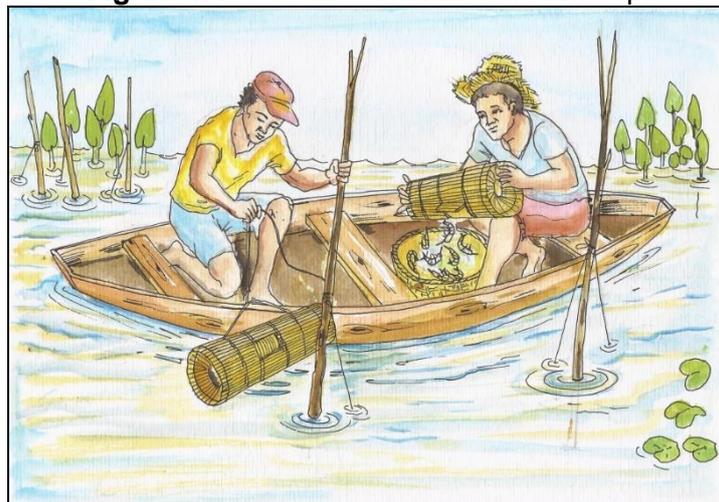
Fonte: Arquivo fotográfico dos autores.

Os principais instrumentos de pesca (apetrechos) utilizados na atividade pesqueira são: o matapí, a tarrafa e a rede malhadeira. Os dois primeiros são confeccionados de

maneira artesanal e utilizados para a pesca em pequena proporção, geralmente para consumo da família do pescador, como é o caso da pesca do camarão da malasia (*Macrobrachium rosenbergii*). Este crustáceo é pescado de duas maneiras no rio Cajueiro: a) com o uso do matapí, ocorrendo nas margens do ambiente fluvial e b) com o uso da tarrafa, lançada nas margens do rio.

As localizações destes apetrechos se dão de acordo com a mobilidade da espécie (SILVA et al, 2016). Moraes (2007) classifica o matapí como uma armadilha usada para capturar o camarão, com o formato cilíndrico, este apetrecho é constituído por dois cones, com a finalidade de fisgar o animal. As iscas usadas no matapí são constituídas por vísceras trituradas dos peixes, que são envolvidas nas folhas do babaçu (*Attalea speciosa*) para serem postas na armadilha, e o odor atrai o camarão para ser capturado. Pode-se observar o matapi e sua forma cilíndrica sendo utilizado na figura 4:

Figura 4: Pesca de camarão com o Matapi



Fonte: J. Tadeu (SILVA et al, 2016).

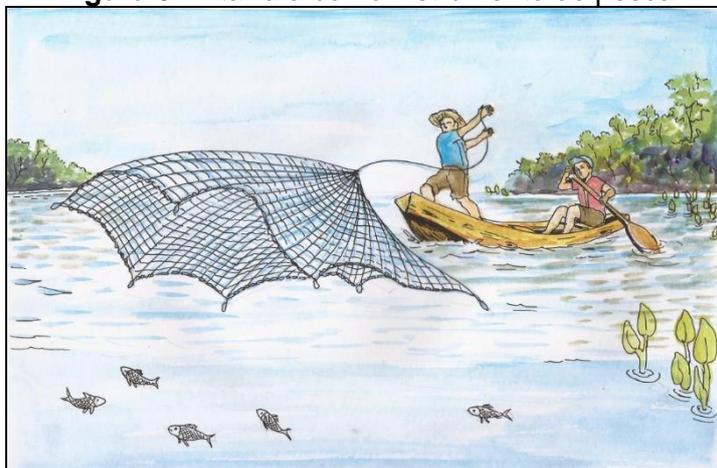
O matapi é confeccionado artesanalmente com a participação das mulheres. Sobre sua confecção e estrutura Moraes (2007) informa que:

[...] trata-se de uma armadilha em forma de cilindro que se assemelha com o covão do nordeste, pois é fechada por dois cones, sendo que cada lado contém uma abertura em forma de funil para que o camarão entre e não consiga sair. A matéria-prima utilizada para sua construção são talas de jupati (*Raphia taedigera*), uma palmeira da floresta amazônica. (...) a distância entre as talas tem finalidade de classificação do tamanho do camarão que se pretende deixar preso (MORAES, 2007, p. 54).

A espécie de camarão aqui citada encontra-se em maior quantidade na área da foz do rio, ambiente territorializado pelo uso dos pescadores a partir do seu saber tradicional, que é influenciado pela espécie e reflete no tipo de instrumento de pesca (SILVA et al,

2016). Outro apetrecho é a tarrafa (figura 5), em que Moraes (2007) informa que este é um instrumento feito com linhas de náilon ou fios de plástico e seu uso se dá diretamente com o lançamento da rede nas margens dos rios, como é possível observar na figura 5.

Figura 5: A tarrafa como instrumento de pesca



Fonte: J. Tadeu (SILVA et al, 2016).

O uso da tarrafa exige preparo e conhecimento do pescador, que o aprende com a prática do dia a dia com os mais velhos da família e da comunidade. O uso deste instrumento, para a realidade dos pescadores do Cajueiro, não está voltado para as demandas do mercado. No entanto, de maneira geral, é utilizado em outros rios da Amazônia para a captura de peixes em lagos e margens de rios, conforme Moraes (2007) discorre:

[...] As tarrafas são muito utilizadas nos lagos e nas margens do rio Amazonas para a pesca de peixe pequeno e médio porte. As tarrafas de náilon, quando molhadas, ficam bastante pesadas, impedindo o seu uso prolongado durante o dia inteiro. É um instrumento que não oferece resposta à demanda do mercado, pois sua produção é quase toda voltada para a alimentação do pescador e sua família (MORAES, 2007, p. 50).

A estrutura deste apetrecho apresenta o formato de uma rede circular, onde, em suas bordas há pequenas rochas ou pesos de metal, com a finalidade de propiciar o alcance da profundidade desejada pelo pescador para a captura do camarão ou de outros pequenos peixes. Ao lançar a tarrafa, o pescador deve possuir a habilidade de deixá-la com sua circunferência aberta em toda a sua extensão, conforme os pesos mergulham a tarrafa, a sua abertura vai diminuindo e capturando em sua rede os animais dentro do raio de alcance da mesma.

A rede malhadeira ou de emalhar é utilizada pelos pescadores do Cajueiro para a pesca das espécies de peixes mencionadas anteriormente. Estas redes são feitas de fios de algodão ou de náilon, conforme pode-se observar na figura 6 que retrata a pesca com rede

malhadeira em rios estreitos, mas que também são utilizadas em outras partes dos rios, além de suas margens.

Figura 6: Pesca com Malhadeira



Fonte: J. Tadeu (SILVA et al, 2016).

Estes fios formam as malhas que Moraes (2007) classifica como sendo o tamanho da abertura nas redes de pesca, em que os cardumes são capturados no momento em que estão presos nessas malhas. As redes malhadeiras utilizadas pelos pescadores do Cajueiro, em sua maioria, são industrializadas com fios de plástico e adquiridas pela compra no centro de Belém, sendo voltadas para as grandes pescarias com objetivo de atender às demandas do mercado, uma vez que a quantidade de peixes capturados obedece às encomendas feitas pelos clientes das feiras de Mosqueiro e do Ver-o-Peso.

A utilização de cada um destes instrumentos de pesca configura uma determinada territorialidade. E, durante a pesquisa de campo observou-se que os territórios e as territorialidades destes pescadores da comunidade de Cajueiro baseiam-se em três principais fatores que são interdependentes: a) a piscosidade do rio; b) o tipo de tecnologia de pesca e; c) a mobilidade dos cardumes, uma vez que o pescado é um recurso zonal e móvel (SILVA et al, 2016). Estes fatores interagem entre si na formação dos pesqueiros e suas territorialidades.

Begossi (2004) classifica os pesqueiros como os territórios de ocorrência de determinadas espécies de peixes, ou seja, são aqueles espaços de maior piscosidade. Os pesqueiros, desse modo, não possuem um limite físico e imutável, uma vez que o pescado não está distribuído de maneira uniforme no espaço devido à sua mobilidade, por esta razão os peixes nesses locais encontram-se de maneira agregada. Para Begossi (2004, p. 225):

[...] o pescado é em geral encontrado agregado, em manchas, nos rios e mares. Ou seja, o que os pescadores denominam como pesqueiros são na realidade manchas de pescado, ou locais onde determinadas espécies são encontradas.

Os pesqueiros também estão presentes no interior dos territórios de pesca dos moradores do rio Cajueiro, sendo que quanto maior a quantidade de pesqueiros maior será a área de abrangência do território de pesca. Então, os pesqueiros são as territorialidades destes pescadores; não se pode mensurar precisamente o seu tamanho dada as metamorfoses que sofrem as fronteiras destes territórios conforme os fatores já mencionados.

Silva (2012) argumenta que os usos dos diferentes instrumentos utilizados para a captura do pescado também pode configurar a abrangência da territorialidade dos pescadores. Esta, no entanto, não está limitada por fronteiras concretas, mas por limites simbólicos e abstratos reconhecidos pelos pescadores por meio do que o autor classifica de “*percepções ambientais-territoriais*” (SILVA, 2012). A partir do momento em que estes limites são violados por pescadores de outros territórios, ocorrem os conflitos territoriais. Sobre a territorialização dos pescadores Silva (2012) apresenta a seguinte concepção:

[...] o uso de diversos apetrechos também pode determinar a abrangência de territorialidades dos pescadores-sejam redes, caniços, ou outros. Dessa forma, de acordo com o tipo de apetrecho, o seu território será delimitado, sendo que se esse território for “invadido” por “pescadores de fora” poderá haver consequências, devido à sobreposição de territórios e à desconsideração dos territórios já condicionados em comum acordo por seus usuários, tendo como reflexos os conflitos entre os indivíduos. Esses conflitos podem manifestar-se de várias formas, de pescador com pescador, de pescador com ribeirinhos, de pesca artesanal com a pesca comercial, com turistas, e outros usuários, dependendo na maioria das vezes da escala geográfica onde a pesca se processa (SILVA, 2012, p. 63).

Neste sentido, as territorialidades e os territórios destes pescadores são derivados da síntese da produção e reprodução de seu modo de vida, o que configura uma indentidade territorial dos moradores do rio Cajueiro com o seu lugar, onde estão presentes os seus respectivos territórios de pesca. Esta identidade é promotora de uma coletividade inclusiva, pois agrega os moradores da comunidade manifestada pela noção de pertencimento ao lugar, assim como das relações de poder excludentes que são desenvolvidas sobre o uso destes espaços territorializados e de seus recursos, que procuram excluir os ditos “pescadores de fora”.

Os territórios dos moradores do rio Cajueiro estão respaldados no uso dos recursos naturais pelos saberes da tradição, tais como: o conhecimento empírico das espécies, o tipo de ambiente com maior piscosidade, a sazonalidade dos cardumes, o tipo de isca usada para a captura do peixe, etc. Os acordos de pesca, geralmente verbalizados, constituem os mecanismos para delimitar o começo e o fim destes territórios e de suas respectivas territorialidades. Os limites e/ou fronteiras que circunscrevem o *campo de poder* (RAFFESTIN, 1993) onde atua cada pescador com seu grupo corresponde à área de

influência destes sujeitos, portanto, apresentam regras de uso para cada territorialidade (pesqueiros) que estão presentes em um determinado território de pesca.

Estas percepções e concepções do território permitem a construção dos mapas participativos, a partir da coleta de informações junto aos entrevistados da área de estudo e que foram plotadas por estes sujeitos sociais em “mapas em branco”. Na incursão ao campo, além destes mapas com informações básicas do território (figura 8), também foi utilizada uma carta-imagem do território (imagem de sensoriamento remoto, figura 9), onde foram plotadas características para ratificar as informações obtidas nos mapas em branco e possibilitar a coleta de novas percepções e concepções, observa-se na figura 8 a coleta das referências geográficas, com a utilização do mapa em branco:

Figura 8: Mapa em branco sendo preenchido com informações dos pescadores locais



Fonte: Arquivo fotográfico dos Autores.

A finalidade é diagnosticar a distribuição e a territorialização dos recursos naturais utilizados por estes pescadores. Nesta perspectiva, o uso da carta imagem do local obteve maior êxito na inserção de informações pelos pescadores, onde desenharam suas percepções e referências do seu lugar de vivência, isso devido à escala que proporcionou maior riqueza de detalhes da localidade, como visualiza-se na figura 9.

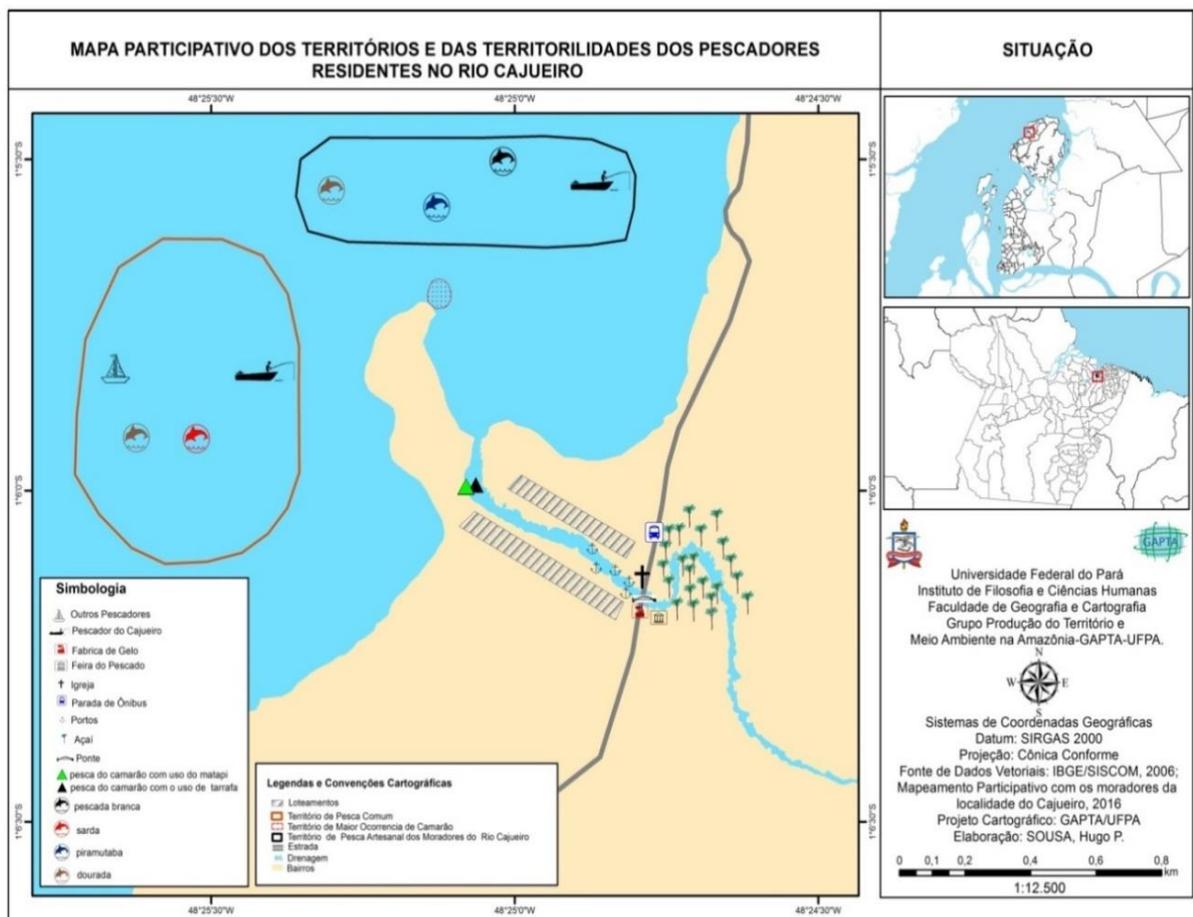
Figura 9: Elaboração do Mapeamento Participativo com o uso de imagem de sensoriamento remoto



Fonte: Arquivo fotográfico dos Autores.

A simbolização e a escala são fundamentais para se analisar e entender a percepção dos territórios destes pescadores. Assim como, para compreender como estes diferentes sujeitos possuem intencionalidades e interesses diferentes, apesar de possuírem uma identidade territorial coletiva, podendo ou não ocorrer sobreposições de territórios. Assim, os símbolos e a escala geográfica utilizados referem-se aos fenômenos socioespaciais em um determinado recorte territorial, que teve sua representação territorial com o uso do mapa. No caso dos habitantes do rio Cajueiro, a territorialização do modo de vida destes pescadores é o fenômeno socioespacial utilizado para sua representação no mapa participativo (figura 10).

Figura 10: Mapa Participativo dos territórios e territorialidades dos moradores do rio Cajueiro.



Fonte: elaboração dos autores.

Nesta dimensão, constatou-se que as sobreposições territoriais são relativamente difíceis de ocorrer devido, principalmente, à existência de acordos de pesca estabelecidos entre os usuários. Cada grupo de pescadores conhece seus territórios e há o respeito entre estes indivíduos no reconhecimento das suas fronteiras. Neste mapa participativo, realizado junto aos pescadores da comunidade de Cajueiro, observa-se a presença das espécies de peixes capturadas por estes atores; cada uma delas encontra-se localizada em um respectivo pesqueiro, o conjunto destes formam os territórios de pesca evidenciados.

Conforme já falado anteriormente, na pesca, não há a presença de limites físicos e/ou concretos para delimitar os territórios, tais como cercas, muros ou placas (SILVA, 2006). A inconstância dos fatores naturais, como: a sazonalidade da maré e a mobilidade dos peixes, condicionam a uma metamorfose das fronteiras e/ou limites destes territórios. Esta delimitação, estabelecida nos acordos de pesca, é comunicada aos pescadores de outras localidades por meio de demarcadores simbólicos abstratos e/ou presentes na natureza, como por exemplo, as formações rochosas, presentes a oeste do rio Cajueiro, que

são utilizadas para delimitar o começo do território de uso comum entre os pescadores deste rio e dos pescadores de outros municípios paraenses, tais como: Abaetetuba, Vigia de Nazaré, Moju etc. As pescarias realizadas neste território de uso comum duram em média uma semana ou mais dependendo da quantidade de peixes encomendados a estes pescadores. Este raciocínio também se aplica ao território de pesca exclusivo dos moradores do Cajueiro¹⁴.

O território de pesca exclusivo dos pescadores do rio Cajueiro tem o começo de sua fronteira delimitada simbolicamente pela presença física das embarcações destes pescadores. Outro delimitador é a diferença de profundidade no rio, mensurada empiricamente por esses sujeitos sociais com uso de bastões de madeira. A frequência destas embarcações é intensa no rio devido à piscosidade dos pesqueiros presentes; os peixes capturados são: a pescada branca (*Cynoscion leiarchus*), a piramutaba (*Branchyplatystoma vaillant*) e a dourada (*Brachyplatystoma flavicans*). Cada embarcação destes pescadores pode transportar cerca de 100 kg ou mais destas espécies, sendo estas comercializadas na feira do pescado próximo à ponte do rio Cajueiro, assim como, em outros comércios localizados na ilha de Mosqueiro e nas demais feiras do município de Belém.

Há também o território de pesca de camarão, representado no mapa participativo em forma circular pela cor laranja. Este território é de uso exclusivo dos pescadores do Cajueiro e encontra-se ao norte do rio. Segundo relatos coletados nas entrevistas, é neste território que se dá a maior ocorrência deste crustáceo, embora a sua pesca também ocorra em outros rios. Contudo, neste ambiente fluvial a quantidade de camarões está diminuindo devido à poluição dos rios, segundo relatou um dos entrevistados.

Não podendo pescar em seus territórios durante o período defeso, os pescadores do Cajueiro coletam e extraem o açaí (*Euterpe oleracea*) que está localizado à montante do rio, ou seja, próximo à nascente do curso fluvial. Os açazeiros, nesta porção do rio Cajueiro, são de uso comum e todos os moradores podem extraí-lo para o consumo, no qual o excedente é comercializado.

Na área localizada a jusante, em direção da foz do rio Cajueiro, há também a presença de açazeiros, mas estes se encontram em loteamentos privados, conforme se evidencia no mapa participativo. Cada loteamento, além de possuir os açazeiros, apresentam também portos de pequeno e médio porte com embarcações particulares destinadas para a pesca e o transporte de pescado; mas quando há o defeso, alguns dos barcos transportam o açaí destas propriedades para ser comercializado nas feiras de Belém. Alguns dos proprietários destes loteamentos são comerciantes que também atuam como atravessadores da produção pesqueira.

¹⁴ Essa “exclusividade” foi informada pelos próprios pescadores, apesar do acesso aos corpos hídricos e seus recursos serem de domínio público e de uso coletivo.

No período do defeso do pescado, a principal estratégia utilizada pelos pescadores do Cajueiro para a sobrevivência é a “marretagem”. Trata-se de uma atividade na qual os pescadores do rio Cajueiro são financiados e contratados por marreteiros e/ou atravessadores, para pescar em áreas distantes de onde está ocorrendo o defeso das espécies que habitualmente capturam; assim, estes pescadores deixam seus territórios de pesca neste período e migram para outros municípios do litoral paraense, tornando-se também “pescadores de fora” nestes locais de destino.

Neste caso, o atravessador é o provedor dos mantimentos da tripulação e das famílias dos pescadores contratados para a marretagem durante o período das pescarias que, em média, dura uma semana ou mais. O pescado capturado nesta atividade pertence integralmente aos marreteiros e/ou atravessadores, que vendem os peixes para os feirantes, moradores do Cajueiro, e também para os demais comerciantes e pescadores de Mosqueiro, e centro de Belém, que posteriormente os revendem. Dados da pesquisa de campo mostram que cerca de 10% da produção da marretagem fica na feira do Cajueiro, enquanto a maior parte da produção, cerca de 50%, é comprada por feirantes do mercado do Ver-o-Peso na capital do estado, Belém. Assim, a pesca itinerante e a marretagem se configuram, respectivamente, nas principais estratégias de sobrevivência destes pescadores, com maior predominância da segunda.

Os relatos coletados nas entrevistas constataam que a maior parte dos pescadores do rio Cajueiro se submetem à marretagem durante o defeso do pescado, buscando uma geração de renda segura para suas famílias. Os entrevistados que se inserem nesta atividade e que recebem o seguro defeso alegam que esse auxílio – do Governo Federal – não é suficiente para sustentar suas famílias e por essa razão se submetem à marretagem. Os que migram para pescar por conta própria, na pesca itinerante em outros locais, são poucos; no geral, estes também recebem o auxílio defeso.

Considerações finais

O modo de vida pesqueiro constitui um elemento territorializador dos moradores da comunidade de Cajueiro, promovendo uma identidade territorial com o lugar de vivência destes. O modo de vida molda o cotidiano desta população, isso devido ao fato de abrigar um conhecimento tradicional que configura um determinado tratamento aos recursos naturais. Embora os moradores do rio Cajueiro apresentem uma aproximação estreita com o modo de vida considerado urbano – devido à proximidade deste, porém, na sua essência ainda guardam traços culturais ribeirinhos e rurais, especialmente ligados ao extrativismo pesqueiro.

A incursão no campo foi fundamental para o conhecimento da realidade da área de estudo. Somado com a leitura e a discussão teórica de livros e artigos, possibilitaram a construção do mapa participativo com os pescadores da comunidade do Cajueiro. O mapa participativo, juntamente com as entrevistas, permitiu o conhecimento dos territórios e das territorialidades dos pescadores que habitam as margens do rio Cajueiro. Portanto, o entendimento do modo de vida destes moradores que praticam a pesca em seu dia a dia, proporcionou a compreensão da dinâmica territorial destas populações, tais como: a delimitação dos territórios e suas fronteiras, o conhecimento tradicional para a captura do pescado, as áreas de pesqueiros por espécie, etc.

Neste sentido, a percepção dos pescadores foi condição basilar para a configuração da representação espacial, por meio do uso e aplicação de técnicas para a elaboração do mapa participativo, evidenciando as delimitações e territórios dos pescadores, para os seus respectivos territórios de pesca e das territorialidades exercidas por estes no seu cotidiano. Cada pescador reconhece e respeita os limites territoriais de pesca de cada um e o mapa participativo reafirma esta perspectiva, uma vez que os pescadores durante a coleta de informações em campo, reconhecem as fronteiras territoriais de seus vizinhos no ambiente aquático.

Referências

BEGOSSI, A. Mapping spots: fishing areas or territories among islanders of the Atlantic Forest (Brazil). **Reg. Environ Change**, 2001.

_____. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, A. (Org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 223-225.

BRASIL, **Lei 11.959 de 29 de junho de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em: 13 ago. 2016.

_____, **Instrução normativa interministerial MPA/MMA nº 12, de 25 de outubro de 2011**. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2011/ini_mpa_mma_12_2011_regulamentopescanabaciahidrograficarioaraguaia.pdf. Acesso em: 13 ago. 2016.

CLAVAL, P. O Território na transição da pós-modernidade. **Revista GEOgraphia**. Ano 1 – N. 2, 1999.

CHAVES, C. R. **Mapeamento participativo da pesca artesanal da baía de Guanabara**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

D'ANTONA, A. O. et al. Integrando desenhos e imagens de satélite no estudo de mudanças de uso e cobertura da terra. **Ambiente & Sociedade**, vol. 11, n. 1, 2008, p. 99-116.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: MPEG, 1993.

GOLDSTEIN, R. A. et al. A experiência de mapeamento participativo para a construção de uma alternativa cartográfica para ESF. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 18, n. 1, 2013, p. 45-56.

JOLIVEAU, T. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. p. 45-69.

LA BLACHE, P. V. **Princípios de geografia humana**. 2. ed. (S.I): Cosmos, 1954.

LOMBARDI, T. T. N. Famílias, lugares e trocas: Aplicando o conceito de espaço de vida para o estudo de dinâmicas populacionais na Amazônia brasileira. **Ideias**, v. 6, p. 87-113, 2015.

MORAES, S. C. **Uma arqueologia dos saberes de pesca**: Amazônia e Nordeste. Belém: edUFPA, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Vol. 29. São Paulo: Ática, 1993.

SORRE, M. **Geografia**. Tradução e organização de Januário F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques. São Paulo: Ática, 1984.

_____. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural**: Um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 15-62.

SACK, R. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº 31, vol. 1, 2009, p. 01-14.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios, territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015. p.73-94.

SILVA, A. L. **Cajueiro**: Pressões e Mudanças no Modo de Vida de Pescadores. 1996. Monografia (Especialização em desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

SILVA, C. N. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves - PA**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

_____. Ocupação Humana e Modo de vida na Amazônia. **Revista Vivência** (UFRN), v. 15, 2008, p. 121-128.

_____. **Geografia e representação espacial da pesca na Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2012.

_____. **A representação espacial e a linguagem cartográfica.** Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

SILVA, C. N. et al. Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 19, 2016, p. 193-214.

SILVA, C. N.; LIMA, R. S.; SILVA, J. M. P. 'Principles of Human Geography' Revisited, by Paul Vidal de La Blache. **Revista Geoamazônia**, v. 3, 2015, p. 141-154.

SILVA, C. N.; VERBICARO, C. O Mapeamento participativo como metodologia de análise do território. **Revista Scientia Plena**, v. 12. nº. 5, 2016, p. 1-12.

WAGLEY, C. **Um estudo comunidade amazônica: um estudo do homem nos trópicos.** Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3. ed. Belo Horizonte/Itaquara/São Paulo: EDUSP, 1988.

Recebido para publicação em 13 de abril de 2017.

Devolvido para a revisão em 09 de agosto de 2017.

Aceito para a publicação em 05 de setembro de 2017.